

O SUMIÇO DO GRILLO FALANTE

Na história de Pinóquio, há uma peculiaridade narrativa que apenas os contos de fantasia podem proporcionar: um grilo falante desempenhando o papel de consciência de um boneco de madeira que ganhou vida. Quando Pinóquio se deixa conduzir apenas pelos impulsos, sem medir as consequências e os efeitos de suas ações — como mentir, o que gera o aumento imediato de seu nariz —, o grilo tenta refrear sua irresponsabilidade por meio da descrição da realidade; lembra que existem consequências e que as ações não ficam impunes. Se essa voz fosse eliminada, Pinóquio não ficaria “livre”; ficaria cego. Diante das circunstâncias, não teria bússola interna, seria conduzido por quem oferecesse o prazer mais rápido, o slogan mais fácil, a promessa mais absurda.

As últimas semanas no Brasil têm proporcionado à nação o desvelamento de um caso peculiar de corrupção, envolvendo os poderes da República, políticos e agentes do sistema financeiro. A barbárie e a putrefação institucional — que agora envolvem o bolso dos poderosos, e não velhinhas presas injustamente — têm mobilizado a mídia e a opinião pública. As ações desavergonhadas, a deformidade das instituições. Nota-se que ninguém mais sabe qual instituição faz o quê, e quem tem mais legitimidade em cada caso — deixam claro que há uma crise profunda. Essa crise não se dá pela cegueira da inconsciência? Será que o grilo falante das instituições de Estado não foi sequestrado ou morto?

Quem pode ser a consciência do Estado nacional? “Consciência”, aqui, não significa administrar o Estado, mas oferecer um juízo moral que não se relate diretamente com o poder. Trata-se de uma instância capaz de dizer às instituições: existem limites para o poder, pois há a possibilidade de perda de legitimidade; há coisas que não podem ser justificadas pela utilidade, pela maioria circunstancial ou pela eficiência técnico-administrativa. Sem essa voz do grilo falante, pode-se desaguar numa tecnocracia desumana ou numa cleptocracia em que os poderes vivem para usar os bens públicos em proveito próprio.

O debate público gira em torno de ideologias — geralmente importadas e reembaladas à moda tupiniquim por algum tonto que quer posar de sabido —, projeções sobre um futuro hipotético. Mas a realidade do Brasil segue intocada, quase virgem.

Para Eric Voegelin, ideologia é uma construção que substitui a realidade comum da experiência (“primeira realidade”) por um sistema fechado (“segunda realidade”), oferecendo uma explicação total do mundo e uma promessa de “salvação” histórica. Em vez de corrigir o esquema diante dos fatos, a ideologia reinterpreta ou nega os fatos para proteger o sistema, transformando a política em luta por um futuro redentor e blindando-se contra a crítica.

Se o grilo falante do Estado ainda estiver vivo, resta pagar resgate a partidos políticos comprometidos com realidades alternativas e alienadas da realidade nacional, pois, foram eles os que sequestraram — ou o mataram.

E esse grilo falante, tirado de circulação e expulso da arena pública, pode ser a Igreja cristã, perseguida por um Estado ateu confessional que se traveste de Estado laico, tal qual um sequestrador que se disfarça para não ser reconhecido ou para se infiltrar no ambiente no qual fará o sequestro. O laicismo, no seu sentido original, não é a expulsão do religioso do espaço público; é a proteção institucional da liberdade da Igreja contra a captura estatal. E a razão de o grilo ter sumido está aí: promover a patifaria com paz e tranquilidade.

- Sem uma instância de freio moral e de lembrança das consequências, a política degrada-se em impulso, slogan e promessa fácil, perdendo qualquer bússola interna.
- A crise institucional brasileira como sinal de instituições deformadas, sem fronteiras claras de autoridade e responsabilidade.
- A ausência de uma consciência pública — capturada por ideologias e pela tutela estatal — como caminho para tecnocracia desumana ou cleptocracia impune.

